



ACÓRDÃO Nº161/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11448/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Edilson Fonseca Gonçalves, Ordenador de Despesas à época
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1006/2017 – MP/ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.482/489).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício 2015.

Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Quitação

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1- A unanimidade:

10.1.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Edilson Fonseca Gonçalves**, responsável pela Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, no curso do exercício de 2015, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c o art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, com recomendações;

10.1.2 - Recomendar a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira que:

a) Na concessão de diárias, observe atentamente aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Moralidade e atendimento ao interesse público, previsto no art. 37, Caput da Constituição Federal de 1988, bem como atente para a formalidades do processo administrativo, instruindo os procedimentos e justificando os quantitativos a que se destinam;

b) Atente quanto aos prazos no envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), sob pena de reincidência e medidas correlatas, nos termos do art. 22, § 1º da Lei n. 2423/1996.

10.1.3 – Dar quitação ao Sr. Edilson Fonseca Gonçalves, nos termos do art. 24, da Lei n. 2423/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-



ACÓRDÃO Nº161/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

TCE/AM.

Por maioria, com o voto de desempate proferido pela Presidência, em favor do Relator, não foi acolhido o Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, pela aplicação de multa ao responsável, por descumprimento ao artigo 32, II, h da Lei Orgânica desta Corte de Contas, sendo o mesmo vencido, bem como o Conselheiro Julio Cabral que o acompanhou.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral